

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 876

**OS GASTOS CULTURAIS DOS
TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO
E A DESCENTRALIZAÇÃO**

Frederico A . Barbosa da Silva

Brasília, abril de 2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 876

**OS GASTOS CULTURAIS DOS
TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO
E A DESCENTRALIZAÇÃO**

Frederico A . Barbosa da Silva*

Brasília, abril de 2002

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guilherme Gomes Dias

Secretário Executivo – Simão Cirineu Dias

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro –, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

As opiniões emitidas, nesta publicação, são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças

Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais

Luis Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais

Ricardo Paes de Barros

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO 5
 2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS 6
 3. OS DISPÊNDIOS PÚBLICOS COM CULTURA:
OS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO 7
 4. PROCESSOS DE DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA CULTURAL 13
 5. CONCLUSÕES 18
- ANEXOS 20
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 24

SINOPSE

Este trabalho tem dois objetivos: estimar e descrever os gastos públicos com cultura relativos ao período de 1994 a 1996, nos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. Analisa os montantes e o perfil dos dispêndios culturais considerando a participação de cada um dos três níveis, bem como discute alguns dos processos institucionais, como a descentralização, à luz do comportamento dos dispêndios culturais.

ABSTRACT

This work has two objectives. First it estimates and describes the expenditures in culture of the three levels of the Brazilian federative government along the period 1994-1996, taking into consideration the figures and the profile of these expenditures. Second it discusses some institutional aspects in the light of these expending trends as the decentralisation process.

1 INTRODUÇÃO

A área cultural passou por um processo de construção institucional no nível federal desde o fim da década de 1980 e, posteriormente, no governo Collor, início dos anos 1990, ficou bastante desorganizada. Mas, a partir de então, ou seja, nos governos seguintes, renovaram-se os esforços de construção institucional.

Paralelamente, ocorreram processos de afirmação e de comprometimento dos outros níveis de governo com a implementação de políticas culturais em âmbito local. Até mesmo o Ministério da Cultura originou-se das articulações políticas dos secretários de Cultura dos estados, os quais viram a necessidade de uma atuação consistente do governo federal na dinamização das atividades culturais.

A Federação, no Brasil, é uma forma de organização política territorial que articula poderes nacionais com os níveis estaduais e municipais. O principal mecanismo na configuração e na articulação dos interesses são fundos públicos, que tem como objeto de intervenção as diversas dimensões da produção e da circulação cultural.

Em países como o Brasil, heterogêneo e profundamente desigual, social e espacialmente, o papel desses fundos é de importância crucial. A estruturação de poder entre os níveis de governo, e da própria União, pressupõe transferências de recursos públicos entre regiões com desigualdades sociais e econômicas, bem como o empenho de cada nível de poder no financiamento de áreas consideradas importantes socialmente.

Os esforços e a importância do setor público no financiamento cultural têm vários significados. A dinamização da cultura justifica-se pelos valores internos da produção simbólica, e também como recurso na construção de identidades coletivas: a cultura conta histórias sobre a gênese e o desenvolvimento das sociedades e serve de identidade e de referência para o reconhecimento intersubjetivo dos grupos e das pessoas. Por outro lado, as indústrias culturais (que hoje são bastante extensas e abrangem todas as áreas de produção e de circulação cultural) são geradoras de renda e de empregos.

Este trabalho tem dois objetivos: estimar e descrever os gastos públicos, relativos ao período de 1994 a 1996, com cultura, em se considerando as três esferas de governo. Para tanto, tece rápidas considerações metodológicas na segunda seção.

Na terceira seção são analisados os montantes e o perfil dos dispêndios culturais em termos absolutos e em sua relação com o PIB e com a população, tomando-se em conta a participação dos níveis de governo. Objetiva-se ilustrar quem gasta, na área cultural e, para o nível federal, onde se gasta. Tal seção traz ainda a descrição da distribuição de recursos por esfera de governo, considerando-se a origem deles, a responsabilidade pelo gasto e o comportamento das transferências no total dos gastos locais. Nos casos em que dispúnhamos de dados confiáveis, como os referentes ao nível federal, e nos quais o seu uso era importante para apontar tendências, valemo-nos de informações para os anos 1997 e 1998.

Na quarta seção são feitos comentários e considerações gerais e iniciais sobre possíveis processos de descentralização pelos quais passa a área cultural, tendo-se como referência o comportamento dos dispêndios e das transferências intragovernamentais.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As Bases de Dados – Foram usadas algumas fontes primárias, tais como os dados SIAFI/SIDOR – CIPEA,¹ do governo federal, que constituem a base das informações coletadas para os gastos da União – os quais englobam os dispêndios realizados na administração direta, nas autarquias e nas fundações –, e cujo formato propicia a construção de dados até um nível de desagregação por projeto/atividade, segundo natureza da despesa, categoria econômica, fontes de financiamento e unidade orçamentária. O nível de detalhamento permite um tratamento mais acurado dos dispêndios da União – fato que se registra no tratamento diferenciado e mais aprofundado dos dados desse nível de governo.²

A outra base de dados utilizada foi a do Departamento de Contas Nacionais (DECNA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que promove levantamentos de contas dos governos estaduais e municipais, para a construção das contas nacionais, por meio de formulários de coleta direta nos órgãos da administração direta e indireta, relativa a cada subprograma de todos os governos estaduais e de 186 municipais, incluindo-se aí capitais e regiões metropolitanas. No que concerne às despesas, essas estão classificadas por natureza e, ao mesmo tempo, por função, programa e subprograma de governo. Os sistemas estaduais de registro e a classificação dos programas culturais não são sempre homogêneos. Por essa razão a determinação precisa dos dispêndios culturais nem sempre é possível.

Foi empregada ainda uma outra base – a STN/SIAFEM³ – que reúne informações sobre a execução orçamentária da administração direta dos governos estaduais e municipais extraídas dos balanços e de outros demonstrativos contábeis por meio do SIAFEM. As informações da estrutura de despesas de municípios das capitais e regiões metropolitanas serviram de base para a expansão da amostra para outros municípios dos estados.⁴

Os Dispêndios Culturais – A delimitação do campo cultural e de suas fronteiras é controvertida. Isso também se aplica aos conceitos e aos objetivos das políticas públicas de cultura. As atribuições das políticas culturais são diferenciadas nos diversos países. As despesas culturais nesse trabalho referem-se às seguintes atividades culturais:

1. Patrimônio Cultural
2. Livro, Leitura e Biblioteca
3. Música
4. Artes Cênicas
5. Artes Plásticas
6. Cinema e Audiovisual
7. Museus e Arquivos
8. Cultura Popular e Folclore
9. Cultura Afro-Brasileira

¹ Sistema de Acompanhamento Financeiro e Sistema Integrado de Dados Orçamentários.

² Para maior detalhamento, consultar Manual Técnico de Orçamento, MTO-02, Ministério do Planejamento e Orçamento e Secretaria de Orçamento Federal, Brasília, 1996.

³ Secretaria do Tesouro Nacional e Sistema de Acompanhamento das Finanças de Estados e Municípios.

⁴ Para maiores detalhamentos metodológicos, consultar Fernandes et alii (1998) e Abrahão e Fernandes (1999).

Os dispêndios culturais são aqueles com a função Cultura e as subfunções Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Difusão Cultural. Para o nível federal, foi possível contar dispêndios administrativos e outras atividades finalísticas como dispêndios culturais (ver anexo 4). Para as outras esferas governamentais, esse nível de agregação foi impossível.

Duas dimensões da produção cultural justificam nossas crenças sobre a importância da dinamização das atividades culturais mediante os gastos públicos:

- a) a cultura tem sido objeto de preocupação pelo valor que possui, em si mesma, por ser a expressão de diferentes modos de viver, de representar e de estar no mundo; pelo poder de representar a capacidades criativa da sociedades e de expressar identidades;
- b) a cultura pode também ser observada na sua capacidade geradora de renda e de empregos.

Esses dois aspectos estão estreitamente vinculados como resultado das políticas culturais. Portanto, os esforços dos poderes públicos são importantes na dinamização setorial e na potencialização da geração de renda e de empregos ao mesmo tempo em que aumentam a riqueza da produção simbólica e cultural.

3 OS DISPÊNDIOS PÚBLICOS COM CULTURA: OS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO

Os dispêndios culturais públicos no Brasil, isto é, os recursos da União somados aos dos estados e dos municípios, elevaram-se a 946 milhões de reais em 1996.

Na tabela 1, podemos constatar que os gastos culturais atingiram R\$ 6 *per capita* em 1996, e foram de R\$ 3,2 em 1994, ou seja, os dispêndios quase dobraram em termos *per capita*. Por outro lado, a participação dos gastos públicos culturais no PIB caiu para 0,14%, em 1996, visto que era, em 1994, de 0,17%.

TABELA 1

Gastos Culturais Totais, Participação no PIB e per capita

1994, 1995 e 1996

Itens	1994	1995	1996
População residente em mil habitantes	153 143	155 320	157 482
PIB total – em R\$ milhões correntes	294,096	545,651	659,046
Gastos culturais	492,8	783,6	946,20
Gastos culturais per capita	3,22	5,05	6,01
Participação no PIB	0,17	0,14	0,14

Fonte: IPEA/DISOC.

Não existe, na área cultural, nenhuma legislação que distribua responsabilidades ou competências no investimento e no financiamento de ações entre os níveis de governo. A legislação brasileira afirma, de forma geral, a participação do setor público, em todas as suas dimensões, no fomento à produção, à difusão e à preservação cultural.

A importância das ações federais é muito grande. A Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) destaca-se na criação artística e cultural; o Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN), na preservação cultural e na gestão de inúmeros museus nacionais; a Biblioteca Nacional à frente do Sistema Nacional de Bibliotecas. A Fundação Cultural Palmares, a Casa Rui Barbosa e o próprio Ministério da Cultura, por meio de ações de suas secretarias, e pelo seu papel na articulação, via leis de incentivo, do sistema de financiamento à cultura, são exemplos também da importância da atuação federal.

Entretanto, estados e municípios, por intermédio de suas secretarias, fundações e órgãos setoriais vêm aumentando suas participações na gestão e no fomento das atividades culturais.

Os gráficos que se seguem apresentam a participação das três esferas de governo nos dispêndios públicos culturais. Note-se a importância dos dispêndios municipais nos três anos (1994, 1995 e 1996):

GRÁFICO 1

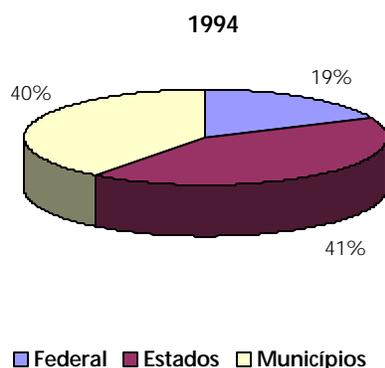
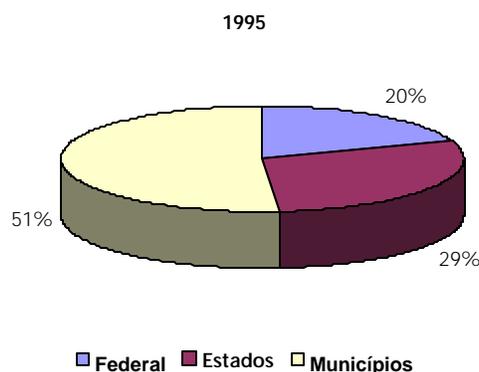
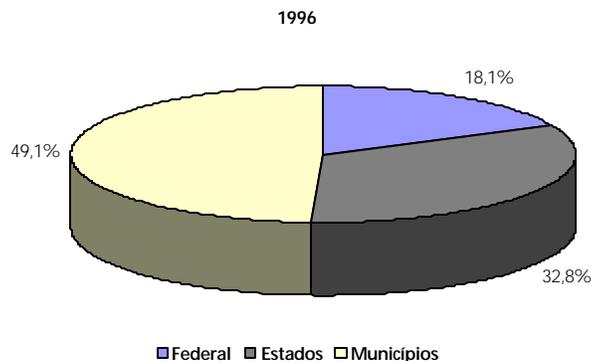


GRÁFICO 2





Fonte: IPEA/DISOC.

3.1 OS GASTOS MUNICIPAIS

Os dados disponíveis não permitiram a aferição e o dimensionamento dos gastos administrativos e de pessoal dos governos estaduais e municipais. Mas, enfim, caso os julgemos pelas características das instituições federais, poderemos imaginá-los que talvez fossem maiores.

O nível municipal de governo foi responsável por R\$ 464,6 milhões dos gastos em 1996, desempenhando, assim, papel fundamental no fomento da vida cultural. Esse montante representa 49% dos dispêndios totais. A participação dos municípios em 1994 era menor, girava em torno de 39%.⁵

Em 1996, 68% dos dispêndios eram realizados por municípios da Região Sudeste, e 15% pelos municípios da Região Sul. As duas regiões aplicaram recursos da ordem de R\$ 388 milhões, ou seja, mais de 80% do total. Podemos ver a participação da demais regiões na tabela 2.

TABELA 2

Municípios: Dispêndios Culturais por Região

De 1994 a 1996 | em R\$ milhões |

Região	Municípios					
	1994	(%)	1995	(%)	1996	(%)
Norte	5 850,30	2,99	16 937,78	4,21	24 642,51	5,30
Nordeste	20 142,82	10,29	34 736,90	8,63	27 552,16	5,93
Sudeste	141 460,35	72,25	270 575,33	67,21	317 897,26	68,41
Sul	26 688,73	13,63	68 391,00	16,99	70 487,05	15,17
Centro-Oeste	1 574,00	0,80	9 268,36	2,30	13 471,84	2,90
Total Brasil ¹	195 802,93	100,00	402 560,96	100,00	464 679,49	100,00

Nota: ¹ Soma dos gastos regionalizáveis aos não regionalizáveis (esses últimos não constam nessa tabela; ver anexos).

Fonte: IPEA/DISOC.

⁵ As tabelas que relacionam os montantes de gastos dos níveis de governo estão anexas.

A tabela 3 apresenta o comportamento, por estado, dos dispêndios municipais com cultura.

TABELA 3
Municípios: Dispendios Culturais por Estado e por Região

De 1994 a 1996 | em R\$ milhões |

Região e UF	Municípios					
	1994	(%)	1995	(%)	1996	(%)
NORTE	5 850,30	100	16 937,78	100	24 642,51	100
Rondônia	277,12	4,7	–	–	428,64	1,7
Acre	240,71	4,1	603,00	3,6	716,64	2,9
Amazonas	306,27	5,2	1 533,00	9,1	4 424,26	18,0
Roraima	–	–	–	–	297,00	1,2
Pará	194,92	3,3	11 090,00	65,5	2 879,13	11,7
Amapá	–	–	–	–	–	–
Tocantins	4 831,27	82,6	3 711,78	21,9	15 896,84	64,5
Região Norte ¹	–	–	–	–	–	–
NORDESTE	20 142,82	100	34 736,90	100	27 552,16	100
Maranhão	3 372,54	16,7	2 070,08	6,0	1 460,31	5,3
Piauí	1 288,35	6,4	2 074,39	6,0	1 948,77	7,1
Ceará	167,90	0,8	1 915,00	5,5	2 517,00	9,1
Rio Grande do Norte	1 128,99	5,6	1 541,89	4,4	1 273,04	4,6
Paraíba	1 331,06	6,6	1 903,42	5,5	1 926,34	7,0
Pernambuco	5 238,95	26,0	7 365,00	21,2	4 643,32	16,9
Alagoas	958,05	4,8	1 697,69	4,9	1 709,51	6,2
Sergipe	810,00	4,0	898,30	2,6	2 029,86	7,4
Bahia	5 812,02	28,9	15 271,13	44,0	10 044,02	36,5
Região Nordeste ¹	34,96	0,2	–	–	–	–
SUDESTE	141 460,35	100	270 575,33	100	317 897,26	100
Minas Gerais	35 943,05	25,4	37 284,00	13,8	41 197,75	13,0
Espirito Santo	5 666,00	4,0	4 879,00	1,8	4 591,20	1,4
Rio de Janeiro	19 066,82	13,5	36 360,33	13,4	43 472,03	13,7
São Paulo	80 784,47	57,1	192 052,00	71,0	228 636,27	71,9
Região Sudeste ¹	–	–	–	–	–	–
SUL	26 688,73	100	68 391,00	100	70 487,05	100
Paraná	17 547,62	65,7	35 486,00	51,9	33 625,21	47,7
Santa Catarina	3 535,36	13,2	10 921,00	16,0	10 097,25	14,3
Rio Grande do Sul	5 605,75	21,0	21 984,00	32,1	26 764,58	38,0
Centro-Oeste	1 574,00	100	9 268,36	100	13 471,84	100
Mato Grosso do Sul	186,00	11,8	542,46	5,9	338,70	2,5
Mato Grosso	1 388,00	88,2	315,06	3,4	311,46	2,3
Goiás	–	–	8 410,84	90,7	12 821,69	95,2
Distrito Federal	–	–	–	–	–	–

Fonte: IPEA/DISOC.

¹ Gastos identificados por região sem precisar UF.

Na Região Norte, 79% dos recursos vêm dos municípios, são pequenos e correspondem a 5% de todos os recursos municipais brasileiros destinados à cultura em 1996.

Na Região Nordeste, 21% dos dispêndios têm origem nos municípios.

Os municípios baianos e pernambucanos realizam os maiores dispêndios, tendo aportado em 1995, R\$ 15 milhões de reais. Em 1996, esses recursos diminuíram, embora ainda sejam, proporcionalmente, os maiores investimentos municipais em cultura no Nordeste (36%), aos quais se seguem os pernambucanos, com 17%.

Na Região Sudeste, 60,5% dos recursos são municipais, e correspondem a 68% dos recursos totais dos municípios brasileiros.

Os municípios paulistas gastaram R\$ 228 milhões, ou 72% dos recursos municipais, da Região Sudeste.

No Rio de Janeiro, os municípios entram na soma total com R\$ 43 milhões (13,7%), e, em Minas Gerais, com R\$ 41 milhões: 13% dos dispêndios da Região Sudeste.

Em Minas Gerais, 84% dos gastos com cultura vêm dos municípios. Em São Paulo, essa contribuição é de 68% e, no Rio de Janeiro, de 32%.

Na Região Sul, 61% dos dispêndios com cultura originaram-se dos municípios em 1996. Em Santa Catarina essa participação é de 90%; no Paraná, de 65%; e, no Rio Grande do Sul, os municípios participaram com 52%. Os municípios paranaenses são os que mais gastam com cultura: 47% dos recursos da Região Sul ou R\$ 33 milhões.

3.2 OS GASTOS ESTADUAIS

Em 1996, os estados disponibilizaram R\$ 310 milhões à área cultural. A participação dos estados vem diminuindo: era de 37%, em 1994; de 26%, em 1995; e, em 1996, foi de 30%.

Os estados brasileiros viveram os últimos anos com fortes problemas de endividamento e de desequilíbrios fiscais. A área da cultura tem sido incentivada com isenções fiscais e com estímulos, às empresas, para investimento no setor. Seja como for, ano a ano os recursos destinados à área têm aumentado em termos absolutos e diminuído se comparados aos dos outros níveis de governo.

Os estados da Região Sudeste investiram R\$ 142,8 milhões, 46% dos recursos estaduais. As demais regiões vêm incrementando os recursos destinados à área cultural. A Região Nordeste, com R\$ 89,8 milhões (29%); e, a Sul, com R\$ 44 milhões (14%) em 1996. A tabela 3 apresenta os dispêndios dos estados por região.

TABELA 4
Estados: Dispêndios Culturais por Região

De 1994 a 1996 | em R\$ milhões |

Região	Estados					
	1994	(%)	1995	(%)	1996	(%)
Norte	3 754,18	1,83	6 372,00	2,80	6 477,00	2,09
Nordeste	35 853,00	17,44	67 486,00	29,67	89 828,00	28,98
Sudeste	147 226,00	71,61	111 087,00	48,84	142 875,00	46,09
Sul	12 872,00	6,26	25 486,00	11,20	44 009,00	14,20
Centro-Oeste	5 785,00	2,81	10 680,00	4,70	4 394,00	1,42
Total Brasil ¹	205 607,57	100,00	227 458,86	100,00	309 969,45	100,00

Nota: ¹ Soma dos gastos regionalizáveis aos não regionalizáveis (esses últimos não constam nessa tabela; ver anexos).

Na Região Nordeste, o esforço de gasto da Bahia é importante (R\$ 51 milhões) e representa 57% dos recursos investidos em cultura por parte dos estados nordestinos. Os recursos federais são mais importantes em Pernambuco (51%).

Na Região Sudeste, São Paulo despendeu R\$ 106 milhões em 1996, o que significa 74% dos recursos estaduais da região.

Os recursos de Minas Gerais representam 5%, e, os do Rio de Janeiro, 17,5% dos recursos totais dos estados do Sudeste. Nesse último, os recursos federais correspondem a 48% dos recursos gastos em cultura no ano de 1996, pois aí se localizam instituições federais na área cultural.

A Região Sul investiu R\$ 44 milhões e seus gastos aumentam ano a ano. Em 1996, eram 14,6% dos recursos estaduais gastos em cultura.

3.3 OS GASTOS FEDERAIS

O governo federal foi responsável, em 1996, por 18% dos recursos gastos na área cultural, desconsiderados os provenientes das leis de incentivos fiscais.

Os recursos orçamentários federais foram de R\$ 171,6 milhões em 1996. Os dispêndios com manutenção administrativa e de pessoal representaram 59% dos recursos em 1996. Observa-se que esse tipo de gasto diminuiu em termos relativos, visto que constituía, em 1994, 85% dos dispêndios globais.

Mudanças institucionais podem explicar, em parte pelo menos, essa redução. Outra variável importante para explicar o comportamento dos dispêndios administrativos e de pessoal é o fato de nos anos em análise não ter havido aumento significativo de salários.

As inúmeras instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, – IPHAN, FUNARTE, Fundação Palmares, Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa, e os inúmeros museus nacionais, entre outras instituições – são tradicionais na área cultural e possuem participação importante no que se refere a gastos culturais federais.

As estruturas burocráticas e de pessoal dessas instituições exigem muitos gastos: na Casa Rui Barbosa, 90% dos dispêndios totais foram por elas consumidos; na Fundação Palmares, 89% do total; na Biblioteca Nacional, 90%; no IPHAN, 83%; e, na FUNARTE, 83,5%. Assinale-se que as atividades finalísticas passaram a ter maior participação relativa nos dispêndios globais de cada uma das instituições consideradas separadamente. Apenas o Ministério da Cultura, como órgão central, teve mais dispêndios com atividades finalísticas em 1996 – 71,7%, montantes superiores aos executados por qualquer das tradicionais instituições vinculadas.

Algumas dessas instituições culturais brasileiras são ainda relevantes na área de execução e têm necessidades importantes no que diz respeito a gastos administrativos e de pessoal para a efetivação de ações. A importância dos dispêndios finalísticos in-

duz à suposição de que o MINC tenha um importante papel como fomentador, muito mais do que como executor de políticas.⁶

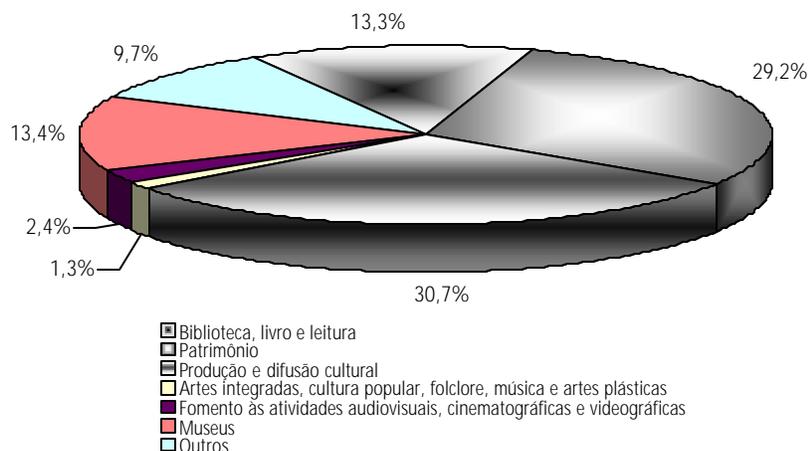
Nos últimos anos, e por diversas razões políticas e ideológicas, entre outras, as instituições culturais vêm mudando o perfil de atuação. Deixam gradativamente de ser executoras e passam a funcionar como financiadoras de projetos; ou seja, passam a atuar sobretudo no fomento e no estímulo às atividades culturais.

Em 1996, 29,2% (R\$ 50 milhões) dos dispêndios culturais destinavam-se à preservação patrimonial, e 30,7% ao financiamento de teatro, música, dança, circo, etc. Os museus receberam 13,3%, ou R\$ 23 milhões. As políticas do livro, leitura e biblioteca, 13,3% ou R\$ 22,9 milhões. As políticas da Secretaria do Livro do MINC, essas receberam R\$ 3,3 milhões. O fomento a atividades audiovisuais, cinematográficas e videográficas recebeu R\$ 4 milhões, ou 2,4%. Em 1996, foram destinados R\$ 1,1 milhão à criação de centros culturais, e R\$ 2 milhões a casas históricas, a museus e a cinematecas.

O gráfico 4 apresenta os dispêndios culturais por tipo de atividade.

GRÁFICO 4

Dispêndios Culturais Federais por Atividade



Fonte: IPEA/DISOC.

4 PROCESSOS DE DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA CULTURAL

Talvez não seja apropriado falar de descentralização nas políticas culturais; processos de descentralização ocorrem em diversas políticas públicas desde o início da democratização, mas os seus significados não são sempre claros.

A descentralização é um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões. Na área cultural, as dificuldades de entendê-lo são ainda maiores. Afinal, aguarda-se ainda a consolidação institucional das políticas federais de cultura.

⁶ É possível que parte dos recursos finalísticos do MINC sejam executados pelas próprias instituições vinculadas, em parcerias com elas, ou com outras instituições privadas, mas também em convênios com estados e municípios. O financiamento de projetos por meio do Fundo Nacional de Cultura não foi avaliado.

De qualquer maneira, o nível federal de governo desempenha um importante papel na definição de regras e na orientação de comportamento, pois tem uma função sistêmica inigualável à dos demais níveis de governo.

Em termos de recursos econômicos, as transferências feitas, pela União, para estados e municípios, são pequenas, embora tenham aumentado nos anos em análise. É importante observar, nessas transferências, um índice das formas e das tendências de atuação do governo federal: o privilégio das ações de forma compartilhada com outros agentes sociais, seja na execução seja no financiamento.

Sem concebê-lo necessariamente como descentralização, pelo menos em sentido estrito, podemos afirmar que o privilégio, por parte do governo, do fomento à execução direta de projetos culturais, representa uma forma de descentralização das ações e de valorização do pluralismo cultural, quando os agentes públicos apenas se comprometem em dinamizar e em potencializar as capacidades sociais de produção e de circulação de bens simbólicos.

Devemos, entretanto, assinalar os esforços dos estados e dos municípios no incremento dos dispêndios culturais; esforços esses que resultam em gastos maiores que os realizados pelo governo federal. Quanto a esse último, deve-se assinalar, como já visto, as importantes ações em diversos segmentos da área cultural.

Outro ponto que serve de quadro geral para a interpretação dos processos que ocorrem na área cultural consiste nos novos e recentes desenhos institucionais das ações, bem como no financiamento da cultura, sobretudo na busca de sustentabilidade nas áreas de museus, preservação patrimonial, bibliotecas, nas quais as parcerias, principalmente com os níveis municipais, ganham grande importância. Outro exemplo que chama atenção é a tentativa de dotar as atividades de cinema e vídeo de estruturas institucionais mais ágeis e eficazes na forma de agência, criando, para essa área, sólidas relações com o mercado.

Três processos diferenciados podem ocorrer:

- a) processo I – o nível federal coordena processos em que os níveis subnacionais adquirem prerrogativas de políticas culturais;
- b) processo II – os níveis subnacionais executam ações definidas em âmbito federal; e
- c) processo III – os níveis subnacionais passam a priorizar e a orientar ações culturais.

No processo I, pressupõe-se que o nível federal possua recursos e capacidades para a execução de políticas que serão transferidas. No II, o nível federal tem capacidade de definição e de normalização das políticas e as mantém; transfere alguns recursos para os demais entes federativos mas não prerrogativas ou capacidades de decisão sobre prioridades alocativas. No primeiro caso, temos uma descentralização dependente e, no segundo, uma desconcentração.

Na descentralização autônoma (o processo III), estados e municípios tomam para si a responsabilidade de execução de políticas culturais com recursos próprios.

Na descentralização, as ações e o financiamento vão-se tornando responsabilidades da esfera local, ou seja, dos governos estaduais e municipais. Duas modalidades

aparecem aqui: a descentralização dependente se dá por meio de transferência de recursos da esfera maior para a de menor hierarquia e, na descentralização autônoma, os níveis locais aportam recursos próprios e suficientes para o desenvolvimento de atividades e de dinâmicas culturais próprias. Finalmente, nos processos de desconcentração a responsabilidade pelo gasto se mantém nas esferas centrais de governo, podendo ser realizada no nível local por agências do governo federal (Barros Silva e Affonso, 1996). Portanto, essa última não é rigorosamente descentralização.

Por outro lado, empiricamente, as transferências dos níveis superiores de governo são pequenas em face dos recursos próprios despendidos por estados e municípios, mesmo que essas transferências, e isso é importante enfatizar, sejam crescentes. Em 1996, apenas 7% de execução dos estados vinha do governo federal, e 2,7% de execução dos municípios vinha do governo federal. Portanto, os recursos são aplicados a partir de prioridades alocativas definidas por estados e por municípios. Mesmo assim, e considerando-se que os recursos são pequenos em termos absolutos, o crescimento das transferências intragovernamentais é relevante.

As transferências federais totais representam 5% do total dos recursos federais, em 1994, e chegaram a ser de 20,5% (R\$ 35 mil) em 1996. Desses, 63% foram destinados aos estados em 1996. Em 1994, essas transferências são de 76% se reduzem, enquanto as transferências aos municípios chegam a 36% dos recursos transferidos pela União em 1996.

Na tabela 5, podemos observar alguns dados que nos ajudarão a pensar sobre tendências da área cultural.

TABELA 5
Gastos Culturais das Três Esferas de Governo e Transferências
Intragovernamentais

1994/1996¹

Ano	Governo Federal ¹	Transferência aos Demais ¹	Transferência aos Estados (%)	Transferência aos Municípios (%)
1994	91 391	505	75,9	24,1
1995	153 651	8 999	70,5	29,5
1996	171 601	35 285	63,7	36,3

Fonte: IPEA/DISOC.

Nota: ¹ Gastos com patrimônio histórico e cultural e difusão cultural.

Por outro lado, as transferências estaduais para os municípios são muito pequenas: R\$ 2,4 mil em 1996.

A descentralização não se restringe apenas à transferência de recursos financeiros de um nível para outro das hierarquias de governo. A descentralização envolve mais, pois é um processo que deve corresponder a ações intencionais e coordenadas dos níveis de governo.

Para caracterizar a descentralização feita a partir do governo federal, teríamos de apontar a participação nítida dos governos subnacionais na definição e na programação das políticas, bem como a participação qualificada de outras instituições da sociedade civil. Não é o caso. Tampouco ocorre uma descentralização de estados para municípios.

É um fato demonstrável, nesses anos, a existência de descentralização autônoma, ou seja, a descentralização é menos importante se considerada como transferência intergovernamental, mas é importante em razão do crescente aporte de recursos próprios dos outros níveis de governo, isto é, dos estados e dos municípios.

Também não podemos afirmar que há uma desconcentração ou um simples acréscimo da participação dos estados e dos municípios na execução de recursos federais.

É importante nos determos um pouco mais nos dados sobre transferências, pois eles revelam tendências e potencialidades. É verdade que os recursos de transferências entre níveis de governo são mínimos, por isso toda afirmação deve ser vista com cautela.

As transferências dos estados aos municípios cresceram minimamente, mas as transferências do governo federal aos governos estaduais e municipais foram razoáveis, embora os montantes sejam, em termos absolutos, mínimos.

A tabela 6 mostra as transferências do governo federal por região. Além do aumento das transferências houve, como podemos constatar nos dados de 1996, preocupação com uma distribuição equitativa de recursos entre as regiões. A Sul e a Sudeste receberam menos que a Norte e a Nordeste.

TABELA 6
Transferências Intragovernamentais da União por Região

Em R\$ 1 mil correntes

Região	Transferências da União aos Estados			Transferências da União aos Municípios		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Norte	57	0	100	0	0	618
Nordeste	209	0	0	35	0	627
Sudeste	0	0	0	0	0	397
Sul	0	0	0	0	0	409
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	118
Nacional ¹	117	6 348	22 386	87	2 652	10 629
Total Brasil	384	6 348	22 486	122	2 652	12 798

Fonte: IPEA/DISOC.

Nota ¹ Dispendios não regionalizáveis.

Os segmentos das atividades culturais concentram-se especialmente nas regiões mais ricas. Uma ação compensatória exigiria, além de políticas de desenvolvimento regionais, com as conseqüentes transferências de recursos inter-regionais, sobretudo das regiões de maior PIB para as de menor, ou transferências de um nível de governo a outro, também ações institucionalizadas ou o fortalecimento de instituições regionais.

No primeiro caso, as ações compensatórias para o desenvolvimento regional apenas poderiam partir do governo federal, pois não é razoável supor que sem nenhuma vantagem os governos estaduais disponibilizem seus recursos para outros estados. Na transferência de recursos dos estados para os municípios é de esperar que os recursos circulem no mesmo estado para desenvolvimentos do equipamento e da dinâmica cultural municipal.

A atuação federal poderia então, também transferir recursos e desenvolver ações em regiões de PIB menor; essas funções e objetivos estão explicitados nas legislações de cultura. Mas, de fato, os recursos, embora importantes, são pequenos, insuficientes para que produzam um impacto significativo sobre as desigualdades regionais. Por outro lado, deve-se reconhecer que os esforços dos níveis locais são importantes de forma agregada, mas a sua fragmentação e dispersão reduzem seu impacto na geração de renda e de emprego.

Considerando os dispêndios por suas características, e lembrando que não podemos apontar tendências consistentes de desconcentração, vemos que as ações de difusão cultural têm uma grande participação das instituições privadas (11%) e dos municípios (22%), ou seja, 33% nas transferências de recursos federais. As aplicações diretas (que podem envolver parcerias locais) corresponderam a 62,8% dos recursos de Difusão Cultural.

Nas tabelas 7 e 8 podemos observar as tendências das transferências de recursos para ações de difusão cultural e para ações de preservação patrimonial, respectivamente.

TABELA 7
Transferências da União em Ações de Difusão Cultural

De 1995 a 1998 | em % |

Receptores de Transf.	Difusão Cultural			
	1995	1996	1997	1998
Estados e DF	10,67	19,15	3,31	2,62
Municípios	8,54	13,87	18,75	22,57
Instituições privadas	22,69	9,89	13,22	11,26
Organismos internacionais	–	0,08	(0,00)	0,69
Aplicações diretas	58,10	57,00	64,72	62,86

Fonte: IPEA/DISOC.

A participação dos estados, e do DF, no recebimento de transferências federais em Difusão Cultural, perdeu em importância. Em 1995, os montantes a ela referentes chegavam a corresponder a 10,6% das transferências e, em 1998, passaram a 2,6%. O mesmo aconteceu com as instituições privadas, as quais tiveram suas participações nas transferências reduzidas à metade. As aplicações diretas representam a modalidade mais importante (62,8%), seguida das transferências aos municípios, que eram mínimas, (8,5%), em 1995, e chegam a 22,6% em 1998.

TABELA 8
Transferências da União para Ações de Preservação Patrimonial

Em %, 1994 a 1998

Receptores de Transf.	Preservação Patrimonial			
	1995	1996	1997	1998
Estados e DF	19,38	38,52	26,31	4,74
Municípios	1,00	12,40	7,37	29,19
Instituições privadas	0,35	9,09	5,85	6,58
Organismos internacionais	–	–	–	4,30
Aplicações diretas	79,27	39,99	60,47	55,19

Em 1998, 55% dos recursos para ações patrimoniais eram aplicações diretas, e 29% das transferências federais para as ações de preservação patrimonial destinavam-se aos municípios.

Também na preservação patrimonial mantém-se a importância da execução direta, mesmo que essa tenha sido um pouco menor que em 1995, quando então chegava a quase 80%. Em 1998, essa participação declinou para 55%. A participação dos municípios ampliou-se muito, pois chegaram a receber quase 30% dos recursos transferidos. Em 1995, essa transferência representava apenas 1%.

Portanto, se pudessemos concluir algo, ainda que de forma cautelosa, seria que os municípios estão se tornando parceiros privilegiados na execução de recursos federais.

5 CONCLUSÕES

Certamente não é no acompanhamento dos dispêndios culturais que podemos deslindar a charada das linhas ideológicas que orientam as políticas, suas formas de gestão e tendências. É mesmo possível que as questões que contrapõem setor público e mercado nem sejam mais candentes.

Os sistemas de financiamento público de cultura têm sido reorganizados. As políticas culturais têm sido valorizadas nos seus próprios termos por seu papel de produção de valores, mas também por desempenharem função de geradoras de renda e de emprego. Não existe nada, do ponto de vista lógico, que antagonize essas funções com a idéia de inclusão social e simbólica. Os valores de inclusão e de cidadania não levantam muitos dilemas e questões, são valores amplamente disseminados. Portanto, hoje é mais claro o papel da cultura se inserida em um desenvolvimento social integrado. O trabalho buscou mostrar a participação do setor público no financiamento desse desenvolvimento.

Os estados e municípios das regiões Sudeste e Sul são os que dispõem de maior volume de recursos na área cultural – aproximadamente 70% dos recursos públicos da área circulavam nessas regiões nos anos em análise. Em 1996, 46% dos recursos aplicados pelos estados brasileiros eram oriundos dos estados da Região Sudeste, e 68,4% dos recursos municipais também provinham dessa região.

Apenas no Nordeste as aplicações estaduais foram maiores que as municipais. Provavelmente esse fato se deve, por um lado, às dificuldades fiscais dos estados e, por outro, à precariedade dos recursos institucionais dos municípios nordestinos.

Em 1997 e em 1998, as transferências da União para os demais níveis de governo e instituições privadas aumentaram; os dispêndios diretos ainda são importantes, mas os municípios ampliam sua participação nos recursos federais transferidos, tanto em Difusão Cultural quanto em Preservação Patrimonial.

Já foi observado que os municípios têm desenvolvido um grande esforço de financiamento à cultura. Entretanto, as capacidades de gasto dos municípios são diferenciais entre as regiões e entre os próprios municípios. Esses são muito heterogêneos

e em grande número, daí a necessidade de articulação de políticas mais gerais contar com ações de coordenação federal, estadual ou mesmo microrregional.

Os movimentos de descentralização autônoma são promissores. No entanto, em uma área de recursos escassos e fragmentários, há muito que ser feito em termos de ações que racionalizem os investimentos e os dispêndios, e também facultem melhor sistema de produção e de circulação de bens simbólicos entre cidades e regiões. Enfim: os caminhos para a democratização e para o acesso das populações aos bens culturais ainda são longos.

Em um contexto de perene restrição orçamentária e fiscal, para que ações mais efetivas ocorram é importante que os sistemas institucionais tenham ligações e sejam capazes de responder, de forma coordenada, às demandas por cultura.

Por outro lado, o papel do nível federal na sua capacidade de geração dos mais diversos tipos de recursos – econômicos, gerenciais, normativos, etc. – é imprescindível. Gerar esses recursos e distribuí-los é um desafio para o qual o governo federal apenas começou a se preparar.

ANEXOS

ANEXO1

Gastos Culturais dos Três Níveis de Governo

1996

Região e UF	Federal (A)	Estadual (B)	Municipal (C)	Total (D=A+B+C)	(A/D)	(B/D)	(C/D)
NORTE	-	6 477,00	24 642,51	31 119,51	-	20,8	79,2
Rondônia	-	-	428,64	428,64	-	0,0	100,0
Acre	-	1 897,00	716,64	2 613,64	-	72,6	27,4
Amazonas	-	1 530,00	4 424,26	5 954,26	-	25,7	74,3
Roraima	-	100,00	297,00	397,00	-	25,2	74,8
Pará	-	2 249,00	2 879,13	5 128,13	-	43,9	56,1
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	701,00	15 896,84	16 597,84	-	4,2	95,8
Região Norte ¹	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	14 021,34	89 828,00	27 552,16	131 401,50	10,7	68,4	21,0
Maranhão	-	6 485,00	1 460,31	7 945,31	-	81,6	18,4
Piauí	50,00	-	1 948,77	1 998,77	2,5	0,0	97,5
Ceará	-	5 644,00	2 517,00	8 161,00	-	69,2	30,8
Rio Grande do Norte	-	16 055,00	1 273,04	17 328,04	-	92,7	7,3
Paraíba	-	1 326,00	1 926,34	3 252,34	-	40,8	59,2
Pernambuco	12 463,41	7 001,00	4 643,32	24 107,73	51,7	29,0	19,3
Alagoas	-	1 070,00	1 709,51	2 779,51	-	38,5	61,5
Sergipe	-	1 166,00	2 029,86	3 195,86	-	36,5	63,5
Bahia	98,54	51 081,00	10 044,02	61 223,56	0,2	83,4	16,4
Região Nordeste ¹	1 409,40	-	-	1 409,40	100,0	0,0	0,0
SUDESTE	64 427,86	142 875,00	317 897,26	525 200,13	12,3	27,2	60,5
Minas Gerais	101,91	7 299,00	41 197,75	48 598,66	0,2	15,0	84,8
Espírito Santo	-	4 097,00	4 591,20	8 688,20	-	47,2	52,8
Rio de Janeiro	64 325,96	25 085,00	43 472,03	132 882,99	48,4	18,9	32,7
São Paulo	-	106 394,00	228 636,27	335 030,27	-	31,8	68,2
SUL	-	44 009,00	70 487,05	114 496,05	-	38,4	61,6
Paraná	-	18 200,00	33 625,21	51 825,21	-	35,1	64,9
Santa Catarina	-	1 131,00	10 097,25	11 228,25	-	10,1	89,9
Rio Grande do Sul	-	24 678,00	26 764,58	51 442,58	-	48,0	52,0
CENTRO-OESTE	15 738,42	4 394,00	13 471,84	33 604,27	46,8	13,1	40,1
Mato Grosso do Sul	-	214,00	338,70	552,70	-	38,7	61,3
Mato Grosso	-	828,00	311,46	1 139,46	-	72,7	27,3
Goiás	-	2 275,00	12 821,69	15 096,69	-	15,1	84,9
Distrito Federal	15 738,42	1 077,00	-	16 815,42	93,6	6,4	0,0
Não Regionalizável ²	77 413,30	22 386,45	10 628,66	110 428,41	70,1	20,3	9,6
TOTAL BRASIL	171 600,93	309 969,45	464 679,49	946 249,86	18,1	32,8	49,1

Notas: ¹ Gastos identificados por região sem precisar a UF.

² Não foi possível identificar UF nem região.

Gastos Culturais dos Três níveis de Governo

1994

Região e UF	Federal (A)	Estadual (B)	Municipal (C)	Total (D=A+B+C)	(A/D)	(B/D)	(C/D)
NORTE	745,85	3 754,18	5 850,30	10 350,34	7,2	36,3	56,52
Roraima		-	277,12	277,12	-	-	100,00
Acre		1 414,00	240,71	1 654,71	-	85,5	14,55
Amazonas		1 190,00	306,27	1 496,27	-	79,5	20,47
Roraima		-	-	-	-	-	-
Pará		1 093,00	194,92	1 287,92	-	84,9	15,13
Amapá		-	-	-	-	-	-
Tocantins		-	4 831,27	4 831,27	-	-	100,00
Região Norte ¹	745,85	57,18	-	803,03	92,9	7,1	-
NORDESTE	7 802,03	35 853,00	20 142,82	63 797,85	12,2	56,2	31,57
Maranhão	-	2 585,00	3 372,54	5 957,54	-	43,4	56,61
Piauí	-	-	1 288,35	1 288,35	-	-	100,00
Ceará	-	870	167,9	1 037,90	-	83,8	16,18
Rio Grande do Norte	-	3 396,00	1 128,99	4 524,99	-	75	24,95
Paraíba	-	1 210,00	1 331,06	2 541,06	-	47,6	52,38
Pernambuco	6 770,29	4 346,00	5 238,95	16 355,24	41,4	26,6	32,03
Alagoas	-	262	958,05	1 220,05	-	21,5	78,53
Sergipe	-	774	810	1 584,00	-	48,9	51,14
Bahia	-	22 201,00	5 812,02	28 013,02	-	79,3	20,75
Região Nordeste ¹	1 031,74	209	34,96	1 275,70	80,9	16,4	2,74
SUDESTE	47 634,31	147 226,00	141 460,35	336 320,66	14,2	43,8	42,06
Minas Gerais	198,53	6 547,00	35 943,05	42 688,58	0,5	15,3	84,20
Espírito Santo	118,16	1 014,00	5 666,00	6 798,16	1,7	14,9	83,35
Rio de Janeiro	47 059,78	13 093,00	19 066,82	79 219,61	59,4	16,5	24,07
São Paulo	257,83	126 572,00	80 784,47	207 614,31	0,1	61	38,91
Região Sudeste							
SUL	-	12 872,00	26 688,73	39 560,73	-	32,5	67,46
Paraná		5 990,00	17 547,62	23 537,62	-	25,4	74,55
Santa Catarina		677	3 535,36	4 212,36	-	16,1	83,93
Rio Grande do Sul		6 205,00	5 605,75	11 810,75	-	52,5	47,46
CENTRO OESTE	757,56	5 785,00	1 574,00	8 116,56	9,3	71,3	19,39
Mato Grosso do Sul	-	312	186	498	-	62,7	37,35
Mato Grosso	-	22	1 388,00	1 410,00	-	1,6	98,44
Goiás	-	1 835,00	-	1 835,00	-	100	-
Distrito Federal	757,56	3 616,00	-	4 373,56	17,3	82,7	-
Não Regionalizável ²	34 451,34	117,38	86,72	34 655,45	99,4	0,3	0,25
TOTAL BRASIL	91 391,09	205 607,57	195 802,93	492 801,59	18,5	41,7	39,73

Notas: ¹ Gastos identificados por região sem precisar a UF.² Não foi possível identificar UF nem região.

Gastos Culturais dos Três níveis de Governo

1995

Região e UF	Federal (A)	Estadual (B)	Municipal (C)	Total (D=A+B+C)	(A/D)	(B/D)	(C/D)
NORTE	-	6 372,00	16 937,78	23 309,78	-	27,3	72,7
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	1 198,00	603,00	1 801,00	-	66,5	33,5
Amazonas	-	2 470,00	1 533,00	4 003,00	-	61,7	38,3
Roraima	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	2 701,00	11 090,00	13 791,00	-	19,6	80,4
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	3,00	3 711,78	3 714,78	-	0,1	99,9
Região Norte ¹	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	13 590,99	67 486,00	34 736,90	115 813,89	11,7	58,3	30,0
Maranhão	-	4 878,00	2 070,08	6 948,08	-	70,2	29,8
Piauí	-	-	2 074,39	2 074,39	-	-	100,0
Ceará	-	1 970,00	1 915,00	3 885,00	-	50,7	49,3
Rio Grande do Norte	-	12 485,00	1 541,89	14 026,89	-	89,0	11,0
Paraíba	-	4 334,00	1 903,42	6 237,42	-	69,5	30,5
Pernambuco	13 590,99	6 111,00	7 365,00	27 066,99	50,2	22,6	27,2
Alagoas	-	695,00	1 697,69	2 392,69	-	29,0	71,0
Sergipe	-	1 497,00	898,30	2 395,30	-	62,5	37,5
Bahia	-	35 516,00	15 271,13	50 787,13	-	69,9	30,1
Região Nordeste ¹	-	-	-	-	-	-	-
SUDESTE	68 067,58	111 087,00	270 575,33	449 729,90	15,1	24,7	60,2
Minas Gerais	115,31	5 915,00	37 284,00	43 314,31	0,3	13,7	86,1
Espírito Santo	-	1 454,00	4 879,00	6 333,00	-	23,0	77,0
Rio de Janeiro	67 952,27	19 769,00	36 360,33	124 081,60	54,8	15,9	29,3
São Paulo	-	83 949,00	192 052,00	276 001,00	-	30,4	69,6
SUL	-	25 486,00	68 391,00	93 877,00	-	27,1	72,9
Paraná	-	12 865,00	35 486,00	48 351,00	-	26,6	73,4
Santa Catarina	-	1 124,00	10 921,00	12 045,00	-	9,3	90,7
Rio Grande do Sul	-	11 497,00	21 984,00	33 481,00	-	34,3	65,7
CENTRO OESTE	15 377,54	10 680,00	9 268,36	35 325,89	43,5	30,2	26,2
Mato Grosso do Sul	-	468,00	542,46	1 010,46	-	46,3	53,7
Mato Grosso	-	163,00	315,06	478,06	-	34,1	65,9
Goiás	-	2 498,00	8 410,84	10 908,84	-	22,9	77,1
Distrito Federal	15 377,54	7 551,00	-	22 928,54	67,1	32,9	-
Não Regionalizável ²	56 615,00	6 347,86	2 651,59	65 614,44	86,3	9,7	4,0
TOTAL BRASIL	153 651,10	227 458,86	402 560,96	783 670,91	19,6	29,0	51,4

Notas: ¹ Gastos identificados por região sem precisar a UF.² Não foi possível identificar UF nem região.

Classificação dos Dispendios Culturais por Projeto-Atividade

1. Administração e pessoal
 2. Biblioteca, livro e leitura
 - Manutenção e segurança da Biblioteca Nacional
 - Manutenção das bibliotecas e acervos bibliográficos e documentais
 - Manutenção do acervo da Casa Rui Barbosa
 - Manutenção e funcionamento do IHGB
 - Bônus Livro
 - Estímulo à formação do hábito de ler
 - Implantação de biblioteca
 - Incentivo à produção e à difusão do livro e da literatura brasileira
 3. Patrimônio
 - Promoção do patrimônio cultural
 - Otimização da frequência de público ao patrimônio cultural
 - Proteção do patrimônio cultural
 - Inventário Nacional do Patrimônio Cultural
 - Conservação e reparação de prédios
 4. Produção e Difusão Cultural
 - Construção de centro cultural
 - Incentivo às atividades audiovisuais
 - Preservação e promoção da arte e da cultura
 - Programas integrados de arte e cultura
 - Promoção e incentivo à cultura popular e ao folclore
 - Promoção e incentivo à música
 - Promoção e incentivo às atividades cinematográficas e videográficas
 - Promoção e incentivos às artes visuais
 - Impacto cultural através de apoio às atividades artísticas e culturais
 - Promoção, difusão e intercâmbio de bens e de serviços culturais
 - Difusão e intercâmbio de bens e de serviços culturais
 - Fomento à produção cultural
 5. Museus
 - Preservação e difusão de museus nacionais
 - Preservação e difusão de museus regionais, casas históricas e cinematecas
 - Conservação e restauração do acervo bibliográfico documental
 6. Cultura Afro-Brasileira
 - Reconhecimento e valorização das especificidades étnicas
 - Informação no campo da cultura afro-brasileira
 - Guarda e devolução da memória afro-brasileira
 7. Outros
 - Captação e processamento técnico de acervo, livro, disco, jornal e CD-ROM editados
 - Censo Cultural
 - Desenvolvimento do PRONAC
 - Processamento técnico e divulgação de informações culturais
 - Programa Nacional de Informação de Arte e Cultura
 - Registro de direitos autorais
 - Restauração, encadernação e microfilmagem de documentos
 - Sistema Nacional de Informações Culturais
 - Capacitação de recursos humanos
 - Participação em organismos internacionais
 - Estudos e pesquisas sobre história, literatura e direito público
-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, J., e FERNANDES, M. A. de *Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos da Área de Educação (SIGPE): diagnóstico para 1995*. Brasília: IPEA, out. 1999 (Texto para Discussão, n. 674).
- BARROS SILVA, P. L. e AFFONSO, R. de B. A. *Federalismo no Brasil – descentralização e políticas sociais*, FUNDAP, 1996.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual Técnico de Orçamento, MTO-02*. Brasília, 1996.
- CHAGAS, A M. R., BARBOSA DA SILVA, F. A. e CORBUCCI, P. R. *Gasto Federal com crianças e adolescentes: 1994 a 1997*. Brasília: IPEA, jan. 2001.
- FERNANDES *et alii*. *Gastos sociais das três esferas de governo –1995*. Brasília, IPEA, out. 1998. (Texto para Discussão, n. 598).
- FRANÇA. Ministère de la Culture. Direction de l'administracion Générale. *Les dépenses Culturelles des Collectivités Territoriales en 1993*.

EDITORIAL

Coordenação
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão
Suely Ferreira

Revisão
Luciana Soares Sargio,
Rúbia Maria Pereira,
Renata Frassetto de Almeida,
Cidália Gomes Sant'Ana (estagiária) e
Lilian Afonso Pereira (estagiária).

Editoração
Aeromilson Mesquita,
Deise Nascimento de Lemos,
Francisco de Souza Filho,
Iranilde Rego e
Lúcio Flavo Rodrigues.

Divulgação
Doris Magda Tavares (Coord.),
Edineide Ramos,
Geraldo Nogueira Luiz,
Mauro Ferreira,
Marcos Cristóvão,
Roseclea Barbosa Silva (estagiária) e
Janaina Maria do Nascimento (estagiária).

Reprodução Gráfica
Antonio Lucena de Oliveira e
Edilson Cedro Santos.

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315 5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51,
14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804 8118
Fax: (21) 2220 5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)